do lugar, ela não leva em conta o fato de que o Antigo Regime foi uma “estrutura social total”, e não uma estrutura apenas política: “Todo o edifício social precisa ser reconstruído, sem o que a transformação política é materialmente impossível. A Revolução Francesa, por mais que quisesse, não poderia simplesmente sobrepor uma organização política democrática a um regime social que ela manteria intacto”. Consequentemente, “enquanto a revolução estadunidense pôde construir em cima da ilusão de uma ‘igualdade’ já existente no estado social”, a Revolução Francesa se deparava com um passado milenar que lhe impunha “atacar o edifício social como tal”²¹. Na França, a revolução adquiriu o sentido de autoinstituição total da sociedade, e é esse o sentido que convém recuperar hoje para levar ainda mais longe esse trabalho consciente da sociedade sobre si mesma. Na realidade, a Revolução Francesa chocou-se contra limites atinentes ao imaginário político dominante: o de Estado e de soberania da Nação, o que determinou a prevalência da lógica da representação²².

Entendida em sentido próprio, revolução é, pois, “reinstauração explícita da sociedade” pela “atividade coletiva e autônoma” da própria sociedade, ou de grande parte dela²³. É a partir dessa ideia de revolução que hoje devemos trabalhar para a elaboração de um projeto de transformação radical da sociedade. Apenas a referência às “contracondutas”²⁴ não é suficiente: com a razão neoliberal, confrontamos uma “estrutura social total”, sem dúvida muito diferente da sociedade do Antigo Regime, mas que nem por isso deixa de impor a mesma radicalidade dos que pretendem trabalhar por sua derrubada. Essa radicalidade não permite que a revolução seja concebida como a restauração de um estado de coisas anterior ao advento do neoliberalismo, do mesmo modo que não permite que ela seja pensada como

²¹ Ibidem, p. 194.

²² Ibidem, p. 198.

²³ Ibidem, p. 202.

²⁴ Também recorremos a esse conceito foucaultiano para pensar a resistência à governamentalidade neoliberal: sem negar o valor desse conceito, parece-nos que somente um novo projeto revolucionário é capaz de preparar o que Foucault denomina a “codificação estratégica dos pontos de resistência que torna a revolução possível”. Ver Michel Foucault, *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir* (Paris, Gallimard, 1976), p. 127 [ed. bras.: *História da sexualidade I: a vontade de saber*, trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, 2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2015].

efeito de um processo de maturação orgânica ou como manifestação de uma necessidade histórica imanente, seja na forma de um “nascer do sol” ou de um “parto”. De todos os sentidos ligados à ideia de revolução que Arendt analisou, o único que sobreviveu foi o de “novidade”, isto é, de fundação de uma nova ordem pela invenção de instituições políticas destinadas a subverter a estrutura da sociedade. Tal projeto revolucionário só pode ser concebido se for articulado a práticas de natureza muito diversas, isto é, econômicas, sociais, políticas e culturais. Se acabarem por despontar suficientes linhas de força comuns, graças aos laços entre os atores dessas práticas, poderá cristalizar-se uma “significação imaginária” que dê sentido àquilo que até então parecia não passar de ações ou posicionamentos dispersos, díspares ou até mesmo marginais.

Instituindo o inapropriável

No cerne do projeto revolucionário, tal como o compreendemos, encontra-se o *princípio* do comum. Convém estabelecer aqui, da forma mais exata possível, o que entendemos por princípio do comum, retomando e condensando as determinações que fomos extraindo ao longo de nossa análise. As observações a seguir têm esse intuito.

1. Em primeiro lugar, privilegiamos sistematicamente o substantivo “comum”, em vez de recorrermos ao adjetivo, como é costume, chegando a omitir o artigo definido no título da obra: é que queríamos mostrar logo de saída que entendemos (o) “comum” no sentido de *princípio*, e não no sentido de coisa, de substância ou de qualidade própria a uma coisa ou conjunto de coisas. O que é um princípio? Princípio é o que vem primeiro e fundamenta todo o resto. Princípio não é um “início” que tenha a virtude de “apagar-se diante do que vem depois”, ou simples “ponto de partida” que se deixaria definitivamente para trás, nunca mais voltando. É um verdadeiro começo, um “começo sempre a começar”, isto é, um começo que rege e domina tudo o que vem depois²⁵. O grego *arché* tem o sentido duplo de começo e comando: *arché* é a fonte da qual

²⁵ Pierre Aubenque, *Problèmes aristotéliens: philosophie théorique* (Paris, Vrin, 2009), p. 124.

deriva todo o resto²⁶. O comum é um princípio político no sentido de ordenar, comandar e reger toda a atividade política. Além disso, no sentido lógico do termo, um princípio é uma premissa de um raciocínio ou demonstração, isto é, uma *proposição*, no sentido que demos ao termo na terceira parte desta obra: as nove “proposições políticas” têm valor de princípios lógicos por serem premissas de um raciocínio por vir e, também, por serem enunciadas para indicar por que o comum é um princípio político.

2. O comum, apesar de ser um princípio, não é um princípio como os outros: é um *princípio político*, ou melhor, é o princípio político. Entendemos por “política” a atividade de deliberação pela qual os homens se esforçam para determinar juntos o que é justo, bem como a decisão e a ação decorrentes dessa atividade coletiva. Portanto, política não é um “fazer” reservado a uma minoria de profissionais, não diz respeito à competência de especialistas e não pode ser profissão: ela é assunto para aquele que queira ou deseje participar da deliberação pública, seja qual for seu *status* ou sua profissão²⁷. No fundo, a política é a atividade de “tomar parte” da deliberação, de “expor em comum palavras e pensamentos”. Por isso, embora alguns sonhem com uma política baseada na prova científica, conforme o modelo da medicina baseada na prova²⁸, é importante lembrar a verdade elementar: uma política que obrigasse ao consentimento por provas já não seria política. Pois sem deliberação e exercício do julgamento nenhuma política é possível, e a consequência disso é que uma “política científica” não é política, mas negação científica da política, quando não sua negação terrorista.
3. Como princípio político, o comum exige que a participação numa mesma atividade seja o fundamento da obrigação política, portanto que a co-atividade seja o fundamento da coobrigação: o *munus* compreendido no

²⁶ Aristóteles, *La Métaphysique* (Paris, Vrin, 1974). t. 1, 1013a, 15, p. 247 [ed. bras.] *A metafísica*, trad. Edson Bini, 2. ed., São Paulo, Edipro, 2012].

²⁷ Aquele que os gregos chamavam *ho boulomenos*, isto é, o “primeiro a chegar”, mas no sentido de “qualquer um que queira se adiantar e fazer uma proposta”. Ver Bernard Manin, *Principes du gouvernement représentatif* (Paris, Champs/Flammarion, 1996), p. 29.

²⁸ A expressão inglesa é “*evidence based medicine*”, literalmente “medicina baseada em dados probatórios”. A expressão “*evidence based policy*”, bastante difundida hoje, é derivada da primeira.

termo “comum” significa ao mesmo tempo obrigação e atividade, ou tarefa. Disso resulta que nenhum *pertencimento* – etnia, nação, humanidade etc. – pode ser em si o fundamento da obrigação política. Disso resulta também que essa obrigação não tem nenhum caráter sagrado ou religioso, o que implica que qualquer fonte transcendente, qualquer autoridade exterior à atividade devem ser rejeitadas. A obrigação política procede inteiramente do *agir comum*, extrai força do compromisso prático que une todos os que elaboraram juntos as regras de sua atividade, e vale apenas para os coparticipantes de uma mesma atividade.

4. Assim entendido, o comum não pode ser um *objeto*, pelo menos no sentido do que é visado pelo desejo ou pela vontade: ele está aquém de qualquer objetivação e não é sequer a qualidade pela qual um objeto é percebido como desejável. Portanto, não é um *fim* que se vise ou se procure: o comum não deve ser confundido com o que se pode chamar de “bem comum”. Em filosofia política, bem comum designa o que se deve buscar e determinar juntos; confunde-se com o justo por coincidir com a vantagem comum que a deliberação coletiva deve visar²⁹. Nesse sentido, é o desejável por excelência. Isso não significa dizer que uma sociedade, seja qual for, possa se eximir de determinar o conteúdo do “bem comum”; significa apenas que esse bem deve ser sempre determinado em comum. Portanto, o comum é o princípio que faz buscar o objeto que é o “bem comum”; tanto é verdade que, para visá-lo e buscá-lo de fato, já é preciso participar de uma atividade de deliberação comum. Verifica-se com isso que é o comum que vem primeiro, e não o “bem comum”.
5. Não sendo objeto, o comum não é coisa (*res*), tampouco propriedade ou característica de uma coisa que constitua sua essência. Portanto, o comum não se confundirá com *o que é comum* em razão de tal ou qual propriedade inerente a sua natureza: por exemplo, a luz ou o ar são inegavelmente “comuns”, mas nem por isso são da esfera *do* comum. O comum também não se confundirá com *o que é comum* em direito e pode ser tanto uma coisa material (o alto-mar, as águas correntes não dominiais, os espaços classificados como patrimônio comum da huma-

²⁹ Recordemos mais uma vez a fórmula de Aristóteles: como o objetivo é um bem, e o maior bem reside na faculdade política, e o “justo é o bem político, isto é, o proveito comum”, então “é preciso buscar o que é justo” (*Les Politiques*, cit., p. 246).

- nidade etc.) como uma coisa imaterial (ideias, informações relativas ao mundo real, descobertas científicas, obras intelectuais de domínio comum). A categoria jurídica “coisa comum” (*res communis*) desvincula as coisas da atividade, embora seja apenas pela atividade que as coisas possam realmente se tornar comuns. Portanto, ela deve ser abandonada.
6. Em compensação, falaremos *dos comuns* para designar não o que é comum, mas aquilo de que se encarrega uma atividade que põe algo em comum, isto é, aquilo que ela *torna* comum. Nada é comum em si ou por natureza, apenas as práticas coletivas decidem, em última análise, o caráter comum de uma coisa ou conjunto de coisas. Portanto, há comuns de espécies muito diversas, em função do tipo de atividade dos atores que os instituem e se empenham em conservá-los e mantê-los vivos (comuns fluviais, comuns florestais, comuns de produção, comuns de sementes, comuns de conhecimento etc.). A natureza e as propriedades da coisa tomada sob o encargo dos atores naturalmente não são indiferentes ao tipo de atividade, mas é sempre a atividade que “comuniza” a coisa, inserindo-a num espaço institucional pela produção de regras específicas relativas a seu encargo.
 7. O comum é, acima de tudo, uma questão de *instituição e governo*. Até aqui, ao falarmos da instituição do comum, entendemos o comum em geral como *objeto* do ato de instituir, e não o comum como princípio: pois, embora o comum como princípio não tenha de ser instituído, mas simplesmente tem de ser reconhecido intelectualmente e na prática, todos os comuns têm de ser instituídos. Cada comum deve ser instituído por uma prática que abra certo espaço ao definir as regras de seu funcionamento. Essa instituição deve continuar para além do ato pelo qual o comum é criado. Deve ser sustentada ao longo do tempo por uma prática que tenha a possibilidade de modificar as regras por ela própria estabelecidas. Chamamos essa prática de *práxis instituinte*. A práxis instituinte não é do âmbito da “gestão”, no sentido de administração sem poder de decisão. Na realidade, a ilusão gestonária está associada à concepção naturalista do comum: se o comum estivesse inscrito na natureza e nas propriedades das coisas, seu reconhecimento poderia ser objeto de um consenso que estaria além do conflito dos interesses sociais. Ao contrário da “gestão”, o “governo” cuida dos conflitos e tenta superá-los por meio de uma decisão relativa às regras. Portanto, a práxis instituinte é uma *prática de governo dos comuns* pelos coletivos que lhes dão vida.

8. Como princípio político, o comum tem vocação a prevalecer *tanto* na esfera social como na esfera política pública. Portanto, está fora de cogitação limitar previamente sua primazia a essa esfera, entregando a esfera da produção e das trocas à guerra de interesses privados ou ao monopólio do Estado. Mas, em razão de seu caráter de princípio político, o comum também não constitui um novo “modo de produção” ou um “terceiro” interposto entre o mercado e o Estado, criando um terceiro setor da economia, ao lado do privado e do público. Como não implica a supressão da propriedade privada, a primazia do comum não exige *a fortiori* a supressão do mercado. Em contrapartida, exige a subordinação de ambos aos comuns e, nesse sentido, a *limitação* do direito de propriedade e do mercado, não simplesmente subtraindo certas coisas à troca comercial com a finalidade de reservá-las ao uso comum, mas eliminando o direito de abuso (*jus abutendi*) pelo qual uma coisa fica inteiramente à mercê do bel-prazer egoísta do proprietário.
9. Se o *comum* é um princípio político transversal às duas esferas, e se os *comuns* são os espaços institucionais abertos por certo tipo de atividade relativo a certas coisas, seja qual for o gênero delas, é porque existem tanto comuns *políticos* como comuns *sociais*. Os comuns políticos se encarregam da “coisa pública” em todos os diferentes níveis, do local ao mundial, passando pelo nacional. A esfera socioeconômica é organizada a partir do critério da extensão da atividade social, de acordo com a lógica federativa. A esfera política pública é organizada com base estritamente *territorial*, por uma gradação de escalões, também segundo a lógica federativa. A *comuna* é a forma elementar do autogoverno na esfera propriamente política; nesse sentido, é o *comum político de base*. Portanto, está fora de questão perpetuar o modelo do Estado-nação unitário e centralizado, ordenado pelo princípio de soberania. Desse modo, o princípio político do comum delinea os contornos de uma *dupla* federação: federação dos comuns socioeconômicos constituídos sobre uma base socioprofissional, federação dos comuns políticos constituídos sobre uma base territorial. Constitui-se assim uma *democracia dos comuns*.
10. Como princípio, o comum define uma norma de *inapropriabilidade*. É preciso refundar todas as relações sociais a partir dessa norma: inapropriável não é aquilo do qual ninguém *pode* se apropriar, isto é, aquilo cuja apropriação é impossível, mas aquilo do qual ninguém *deve* se

apropriar, isto é, aquilo cuja apropriação não é *permitida* porque deve ser reservado ao uso comum. Portanto, compete à práxis instituinte determinar o que é inapropriável. Pode-se objetar que o que é inapropriável não pode ser objeto de instituição e tem apenas de ser reconhecido como o inapropriável que é: querer instituí-lo é fazê-lo depender do ato de um ou vários sujeitos e, dessa forma, apropriar-se dele. Mas isso é esquecer, em primeiro lugar, que o sujeito coletivo é produzido pelo ato comum da instituição, em vez de precedê-lo. É esquecer também, e sobretudo, que há uma diferença fundamental entre dois tipos de apropriação: a apropriação-*pertencimento*, pela qual uma coisa vem a ser objeto de propriedade, e a apropriação-*destinação*, pela qual uma coisa se torna apropriada a certa finalidade – a satisfação de necessidades sociais. Instituir o inapropriável é subtrair uma coisa à apropriação-*pertencimento* para realizar melhor a sua apropriação-*destinação*. Em suma, é proibir de *se* apropriar dela para *a* apropriar melhor a sua destinação social – por exemplo, a terra às necessidades de alimento. *É regrar seu uso sem fazer-se proprietário dela*, isto é, sem se arrogar o poder de dispor dela como dono. Por isso, mesmo compreendendo que podemos continuar a falar de “bens comuns” como palavra de ordem na luta, será preferível abster-se de falar de “bens”: não existem “bens comuns”, existem comuns que devem ser instituídos.

ÍNDICE ONOMÁSTICO SELECIONADO

- Agamben, Giorgio, 284-5, 287, 509n
 Aigrain, Philippe, 7, 113, 114n, 177
 Arendt, Hannah, 16, 48, 56, 89n, 91, 92n,
 134n, 248-9, 294-5, 297n, 313, 314n, 426,
 428, 467, 489-91, 579n, 584n, 585, 586n,
 593, 597-9, 603, 612-3, 615
 Aristóteles, 25, 26n, 27-8, 33-4, 42, 46, 48-9,
 69, 70n, 245-51, 264, 452, 455-7, 616-7n
- Babeuf, Gracchus, 64, 65n, 71n, 75-6
 Beaud, Olivier, 584n, 588n, 590n, 592n
 Benkler, Yochai, 112, 157, 178, 182n, 196-7
 Benveniste, Émile, 24, 25n, 33n, 37n
 Berman, Harold J., 74-5n, 76, 290, 302-3,
 304n, 305, 307n, 308, 310-1, 314n, 324,
 325-6n, 358
 Blackstone, William, 268, 300, 316, 320, 331,
 501
 Bodin, Jean, 31, 305
 Bollier, David, 106, 110-1, 113, 114n, 157,
 167, 173
 Boyle, James, 106, 123, 170, 171n, 173, 178
 Buonarroti, Philippe, 64n, 75-6
- Cabet, Étienne, 75-7, 80, 396
 Castel, Robert, 142, 541
 Castoriadis, Cornelius, 16n, 82-3, 88-9n, 90,
 91n, 92, 446-61, 464-5, 467-8, 471, 475n,
 490-1, 516, 585, 588, 611, 613
 Chantal, Philippe, 7, 390n, 416n, 420n, 531,
 532n
 Chardeaux, Marie-Alice, 36-8, 40-3n, 270n,
 494-5n, 504-5n, 509n, 570n
 Coke, Edward, 300, 303-8, 310-3, 315-6,
 324-5, 330-1
 Colliot-Thélène, Catherine, 52n, 493n, 577,
 582n, 600-3n
- Comte, Auguste, 41, 43n, 55, 271n, 432-3, 608
 Coutrot, Thomas, 7, 191n, 514-5, 524, 525n,
 530n, 543
- Descombes, Vincent, 430, 450, 451n, 453n
 Domat, Jean, 41, 42n, 272
 Duguit, Léon, 55n, 395n, 529, 539, 548-52
 Durkheim, Émile, 55, 67, 68n, 70, 76, 78, 80,
 97-8, 441, 415, 417-8, 430, 432, 446, 448,
 513, 548, 550-1, 582n
- Engels, Friedrich, 70n, 75, 80-1, 226n, 227,
 252, 260-1, 326, 393, 428n, 522, 547n,
 593
 Esposito, Roberto, 293, 294n, 295-7
- Ferro, Marc, 87-8
 Fichte, Johann Gottlieb, 377-8, 380, 384, 466
 Foucault, Michel, 73-4, 204n, 284, 285n, 296,
 328n, 582n, 587n, 614n
 Furet, François, 84, 609-10
- Gorz, André, 147, 168, 189, 534-5
 Grócio, Hugo, 42, 266, 280n, 368, 400-1, 570
 Guattari, Félix, 296n, 474-5
 Gurvitch, Georges, 390, 394, 395n, 397-8, 400,
 401n, 405, 406n
- Habermas, Jürgen, 56, 454n, 587-8
 Hale, Matthew, 300, 303, 308-11
 Hardin, Garrett, 118, 120, 153-7, 160, 166,
 169, 198, 329
 Hardt, Michael, 18, 60, 188, 189n, 199-200,
 203n, 204-10, 232, 238-9, 243, 441-5
 Harvey, David, 133n, 135-40, 169-70
 Hayek, Friedrich, 118, 162, 300-1, 315, 470,
 575